



***INFORMATIVO “VOZ DO NORTE” E SIGNIFICAÇÃO DE
VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA***

***NEWSLETTER “VOZ DO NORTE” AND THE MEANING OF
VIOLENCE IN THE BRAZILIAN LEGAL AMAZON.***

JOÃO DE DEUS LEITE

<https://orcid.org/0000-0002-7152-4341>

Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Professor Adjunto da UFNT

joaodedeus@mail.uft.edu.br

JOÃO VICTOR FERREIRA DOS SANTOS SILVA

<https://orcid.org/0000-0003-4826-5721>

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT),
da Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT)

joavictorfdss@mail.uft.edu.br

RESUMO: Neste trabalho, vamos nos debruçar sobre diferentes edições do Informativo Pastoral “Voz do Norte”, da diocese de Tocantinópolis/Tocantins, buscando analisar como a violência referente aos conflitos agrários da região do Bico do Papagaio é ali significada na década de 1980. Estamos interessados, mais de perto, na seção “Pastoral da terra”, não perdendo de vista o modo como esse arquivo religioso incorpora e acomoda sentidos advindos de outras formações discursivas. Nessa medida, estamos às voltas com o seguinte questionamento: O que pode e deve ser (não) dito sobre os conflitos de terra no referido Informativo Pastoral? O aporte teórico em que nos ancoramos está circunscrito aos fundamentos da Análise de Discurso pecheutiana e orlandiana. Por meio de sequências discursivas, vamos mobilizar diferentes formulações, com o objetivo de focar como o significante “violência”, em cadeia discursiva, incorpora e acomoda relações de designação, de adjetivação e de adverbialização, metaforizando a violência nesse Informativo. Ainda neste artigo, vamos mobilizar dois recortes do *Jornal do Brasil*, com o intuito de pensarmos em instâncias de concomitância de sentido sobre a violência nessa região, até como forma de mostrar os atravessamentos entre formações discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo Religioso, Arquivo jornalístico, Discurso, Conflitos agrários.

ABSTRACT: In this work, we are going to look at different editions of the Pastoral Newsletter “Voz do Norte”, from the diocese of Tocantinópolis/Tocantins, seeking to analyze how the violence related to the agrarian conflicts in the region of Bico do Papagaio is signified there in the 1980s. We are interested, more closely, in the section “Pastoral da terra”, not losing sight of the way in which this religious archive incorporates



and accommodates meanings arising from other discursive formations, such as the journalistic discursive formation. To that extent, we are grappling with the following question: What can and should be (not) said about land conflicts in the aforementioned Pastoral Newsletter? We will also mobilize two excerpts from the “Jornal do Brasil”, seeking to produce the contrast between the aforementioned discursive formations. The theoretical support on which we anchor ourselves is limited to the foundations of Pecheut's and Orland's Discourse Analysis. Through discursive sequences, we will mobilize different formulations, to focus on how significant “violence”, in a discursive chain, incorporates and accommodates designation, adjective, and adverbialization relations, metaphorizing violence in this Newsletter.

KEYWORDS: Religious Archive, Discourse, Agrarian conflicts, Violence.

Introdução

O nosso interesse na temática da violência na região do Tocantins está circunscrito a um conjunto de preocupações mais amplas materializadas no projeto de pesquisa “Discurso, arquivo, violência: entre contenção e deriva de sentidos” em vigência entre os anos de 2021 a 2024. No âmbito desse projeto, por exemplo, temos nos debruçado sobre o Informativo Pastoral “Voz do Norte” na condição de arquivo religioso, pois esse Informativo nasce das práticas discursivas da igreja católica na diocese de Tocantinópolis/Tocantins nos anos de 1983 a 1986.

Em 2021, iniciamos o movimento de sistematização das ideias sobre esse Informativo, com foco no modo como a violência foi ali significada. Leite e Carneiro (2021) analisaram, a partir desse arquivo religioso, o funcionamento da memória discursiva no processo de (des)estabilização de sentidos sobre os conflitos agrários na região da Amazônia legal brasileira. O trabalho com a memória, na esteira discursiva, coloca-nos no lugar, por excelência, de termos de lidar com a forma material dos sentidos.

Se os sentidos têm uma forma material significa dizer que eles, para se historicizarem, implicam, constitutivamente, o silenciamento de outros. Esse jogo de interdependência entre o que ganha inscrição e o que é silenciado faz funcionar processos de (re)atualização de sentidos. Institucionalmente, há uma *gestão da memória*. Para dizermos do foco deste artigo, há uma gestão da memória dos conflitos agrários nessa região. Na condição de analistas de discurso, o gesto de nos debruçarmos sobre arquivos do passado possibilita a compreensão de outros processos de significação sobre a violência na região em tela. Todo retorno ao passado produz efeitos na significação do



presente e do futuro em termos de sentidos postos em formulação e em relação àqueles silenciados.

As condições de produção do Informativo em foco colocam em cena os intensos conflitos e a acentuada luta pela terra na região norte do Brasil, não perdendo de vista o fato de que as forças estatais assumiram um importante papel na constituição dos conflitos. A terra, sua posse e seu uso, na região amazônica, até pelo suposto projeto desenvolvimentista de diferentes governos, são marcados por disputas entre diferentes sujeitos, enquadrados no e pelo campo, não perdendo de vista a força desigual entre eles.

Discursivamente, em cada época, foram sendo institucionalizados sentidos, cuja força desigual e material evidenciava a contradição do Estado brasileiro em reparar e em mediar as distorções entre os diferentes grupos sociais existentes na região. Nessa medida, com base em Mariani, Leite e Silva (2021), podemos considerar que revisitar o passado põe em cena uma movimentação nas redes de sentido. Neste ponto, cumpre ressaltar que o nosso olhar assume uma feição discursiva e, não, histórica. Nessa medida, o campo da historicidade é que ganha relevância para nós em termos de efeitos de sentido. O nosso compromisso é com efeitos de sentido e, não, com os fatos históricos em si e as fontes que asseguram esses fatos.

A prática governamental de Getúlio Vargas (1930-1945) fomentou processos de ocupação das regiões do Centro-Oeste e Norte do Brasil, com o intuito de promover a articulação econômica e de povoar as áreas mais afastadas. Sob a discursividade da “Marcha para o Oeste”, houve a implementação de propostas voltadas, por exemplo, para o uso e a posse da terra, dado o suposto objetivo de estruturar e de se por em funcionamento núcleos agrícolas. Desse modo, a prática do latifúndio, nas regiões interiorizadas do país, passaria a ter, supostamente, menos abrangência territorial.

As condições sócio-históricas da ditadura militar, no Brasil, também apontaram para o suposto desenvolvimento da Amazônia, tendo como foco os processos sociais e territoriais de ocupação. A formulação “Integrar para não Entregar”, em 1966, dá mostras do funcionamento de certo discurso nacionalista que buscava tematizar a necessidade da proteção da floresta amazônica contra a suposta “internacionalização”. Nessa época, a construção de grandes rodovias, perpassando e ligando o território da Amazônia legal



brasileira, é levada a bom termo. Em 1972, a Transamazônica foi, oficialmente, liberada e inaugurada; em 1974, foi a vez da rodovia Belém-Brasília.

Essa breve circunscrição sobre os incentivos de ocupação da Amazônia legal brasileira, nas décadas de 40 a 80, mostra-se importante para marcarmos a perspectiva de que as práticas institucionais fomentaram a implantação e a implementação de grandes projetos agropecuários na região. Essas práticas estiveram ancoradas na discursividade da segurança nacional, produzindo a ideia de que outros regimes de posse e de uso da terra fossem considerados como “inimigo”. No caso da relação com a terra, o camponês e os indígenas são significados como “inimigo” nessa região, sendo que as forças estatais passaram a atuar na repressão do “inimigo”. É o caso, por exemplo, da aparelhagem dos órgãos públicos com a força da repressão (atuação da polícia) e com a força da impunidade (atuação do judiciário).

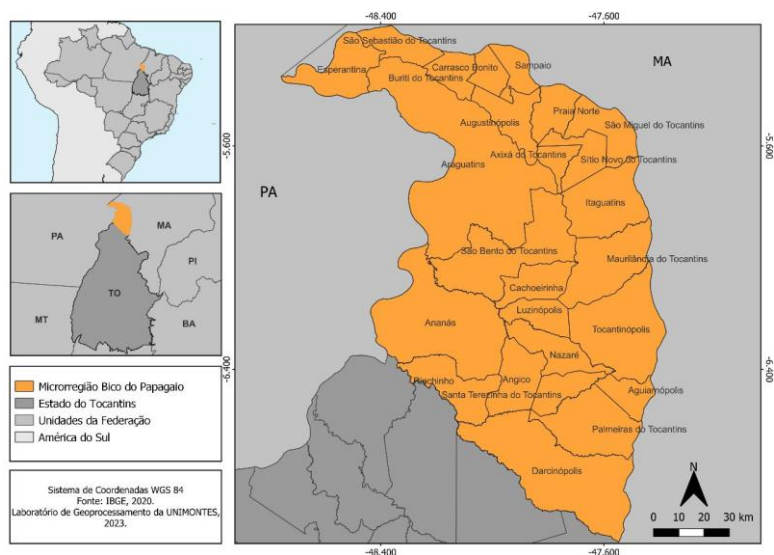
Dessa forma, podemos dizer que as formas de violência relacionadas à questão agrária, no Bico do Papagaio/TO, para dizermos do recorte territorial que nos interessa neste trabalho, ganha condescendência e apoio do Estado brasileiro. Neste ponto, não podemos perder de vista o fato de que essa região foi palco da Guerrilha do Araguaia, entre o final da década de 60 e início da década de 70. A violência contra guerrilheiros e camponeses, nessa época, atestaram práticas cruéis de tortura e de execução. Nessa época, a aparelhagem do Estado brasileiro para com as forças de repressão e as forças de impunidade criou condições político-simbólicas para práticas contrárias à reforma agrária na região. Criou, sobretudo, uma significação do camponês como inimigo que deveria ser combatido e aniquilado.

Inscritos em fundamentos da Análise de Discurso pecheutiana e orlandiana, para dizermos do campo teórico em que nos ancoramos, podemos destacar que essas condições sócio-históricas apontam para formações ideológicas em funcionamento a partir de formações discursivas sobre modos materiais de significar a terra e a relação dos sujeitos com esta. No jogo contraditório do “que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1971, p. 32) sobre a terra e o seu uso, pensando as práticas discursivas circunscritas a essa região, podemos considerar a divisão desigual de sentidos. Estão em jogo aí os saberes que vão se historicizando e que acabam por produzir discursividades sobre a terra e seu uso.

Não perdendo de vista o princípio teórico de que as formações ideológicas ganham referência aos aparelhos ideológicos de Estado, como elemento problematizador, neste trabalho, estamos interessados na discursividade da teologia política, inscrita na perspectiva da Teologia da Libertação da igreja católica. A partir dos anos de 1970, esse movimento fomentou a prática de engajamento de religiosos da igreja para com o sofrimento e com a opressão dos pobres. Para tanto, a igreja deveria assumir e incorporar a prática da crítica social, considerando, por exemplo, a problematização e o combate da injustiça institucionalizada.

Interpelados pelo fato de o Bico do Papagaio, no extremo norte do Estado do Tocantins, conforme localização geográfica apresentada no mapa 1, ser uma região em que os conflitos agrários e, conseqüentemente, a violação dos direitos humanos se acentuam, fomos tendo acesso a um conjunto de documentos sobre a temática. Por exemplo, podemos citar os seguintes: “Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil”, com edições anuais, dados os trabalhos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); “Conflitos no Campo Brasil”, também, com publicações regulares, tendo por base a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT); “Informativo Pastoral Voz do Norte”, considerando as ações da Diocese de Tocantinópolis, nos anos de 1983 a 1985, tendo o intuito de fazer circular sentidos sobre a prática religiosa na região. Eis, a seguir, o Mapa 1:

Mapa 1 – Localização geográfica do Bico do Papagaio/TO



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Unimontes, 2023.



Neste trabalho, o nosso olhar teórico-analítico recaiu sobre o “Informativo Pastoral Voz do Norte”, conforme já ressaltamos, pois se trata de um material que nasce em uma década marcada, ainda mais, pelos efeitos das práticas de violência características da Guerrilha do Araguaia. Do ponto de vista sócio-histórico, a década de 80 deu o testemunho da continuidade das forças de repressão e de injustiça para com os trabalhadores do campo. O direito à terra, inclusive pensando em termos de proposição de políticas públicas, ganhou contornos de violência: grilagem, trabalho análogo à escravidão, fragilização e vulnerabilização das relações de trabalho, entre outras.

Por mais que recorremos a fatos históricos para marcar a perspectiva dos conflitos agrários no Bico do Papagaio/TO, estamos interessados, mais de perto, em efeitos da memória, produzindo significações sobre a violência no *corpus* discursivo a ser analisado. Esse Informativo, do ponto de vista político e simbólico, no sentido teórico desses termos no âmbito da Análise de Discurso, opera efeitos na gestão da memória sobre a violência nessa região. Por essa razão, a partir de sequências discursivas, vamos trabalhar designações, adjetivações e adverbializações em funcionamento no *corpus* discursivo, tendo como foco o significante “violência” em cadeia.

A aparelhagem das forças repressivas e das forças punitivas, nessa região, reverberou efeitos, também, na imprensa local da época, já que a temática dos conflitos agrários era pouco veiculada e denunciada. A partir de buscas sistemáticas na internet, encontramos dois jornais de circulação nacional, a saber: “Jornal do Brasil” e “Folha de S. Paulo”, que veicularam na época sentidos sobre os conflitos agrários na região do Bico do Papagaio (TO). Ainda na toada de repertoriar diferentes materialidades acerca da temática em foco, foi possível localizar o acervo digitalizado do jornal “Trabalhadores SEM TERRA”.

Os modos de constituição, de formulação e de circulação de sentidos, até pelo trabalho da instância ideológica, fazem operar sentidos antagônicos sobre a relação da terra e seu uso, ganhando evidência aí os conflitos agrários. Por essa razão, buscando inspiração no construto teórico de formação discursiva, tal como fundamentado por Pêcheux (1975) e por Orlandi (2007), vamos apresentar, neste artigo, além da análise de



sequências discursivas recortadas do Informativo em questão, recortes discursivos do primeiro jornal.

O objetivo de mobilizarmos esses recortes abre possibilidades para tratarmos das instâncias de concomitância de formulação e de circulação de sentidos sobre a temática em perspectiva neste artigo. Assim, vamos focar materialidades inscritas em formações discursivas diferentes, neste caso, a religiosa e a jornalística, tendo por fundamento o modo como a violência encerrou mortes. É o caso, por exemplo, da morte do Padre Josimo Morais Tavares, que teve repercussão local, regional e nacional.

Estruturamos este artigo em três seções, além desta seção inicial e uma final. Na próxima, apresentamos as considerações teórico-metodológicas que sustentam o artigo, tendo por base a nossa filiação aos fundamentos da Análise de Discurso inspirada nos trabalhos de Pêcheux ([1975]1988, [1983]1999, [1984]2013) e de Orlandi (1992). Na segunda seção, de modo mais demorado, ocupamo-nos da tarefa de apresentar as análises construídas em torno do *corpus* discursivo selecionado a partir das diferentes edições do Informativo Pastoral “Voz do Norte”. Na terceira seção, mobilizamos dois recortes discursivos da matéria “Tuma diz que a polícia participa de crimes no Maranhão”, do Jornal do Brasil. Essa análise se mostra mais sumária, já que ela tem a função de nos possibilitar pensar nas instâncias de concomitância de formulação e de circulação de sentidos.

Incursões teórico-metodológicas

Nesta seção, o nosso foco recai sobre os fundamentos teóricos circunscritos à perspectiva discursiva a que filiamos, sobre a constituição do *corpus* e sobre o procedimento de análise em relação ao conjunto das edições do Informativo Pastoral “Voz do Norte”, entre os anos de 1983 a 1985. Esses documentos estão disponíveis no Centro de Documentação Histórica de Araguaína (CDH), do Curso de História, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Se, por um lado, o referido Informativo é o nosso *material de análise*, cujas condições de produção perpassam a atuação da igreja católica frente aos conflitos de terra na região do Bico do Papagaio, por outro, o modo como a violência é significada, nesse material, passa a ser o nosso *objeto discursivo*.



Na condição de analista de discurso, pensar essa passagem metodológica do material de análise para o objeto discursivo pressupõe lidar com os processos discursivos que ancoram as significações de violência na formação discursiva religiosa, não perdendo de vista a natureza do arquivo sobre o qual nos debruçamos neste trabalho. Neste ponto, gostaríamos de fazer menção às formulações de Pêcheux ([1980]2016) sobre a perspectiva das materialidades discursivas. Na abertura dos colóquios realizados em 1980, na França, Pêcheux reitera o viés de que as materialidades discursivas abrem horizontes para pensarmos naquilo que é resultante dos limites da história, da linguística e da psicanálise.

Assumir o viés da “heterogeneidade irreduzível” entre esses campos disciplinares, para usarmos os termos do próprio Pêcheux ([1980]2016), pressupõe que o analista de discurso não está interessado em si na história, na linguística e na psicanálise do modo como esses campos são praticados, respectivamente, por seus pesquisadores. Lidar com discursos reclama a proposição de deslocamentos teóricos e analíticos, sendo que a heterogeneidade é fundante. É dos limites entre os referidos campos disciplinares que nasce a (im)possibilidade do fazer do analista de discurso.

Neste trabalho, o fundamento da memória discursiva proposto por Pêcheux ([1983] 1999) nos é relevante, pois estamos interessados no modo como a memória institucional sobre a violência, em funcionamento nessas edições do Informativo, é habilitada pelos efeitos da memória discursiva. Vejamos a definição do referido autor sobre memória discursiva: “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos [...]. (PÊCHEUX, [1983] 1999, p.56).

Na esteira desse construto, alguns questionamentos se (im)põem a nós: como a violência é ali significada no jogo contraditório das formações sociais sobre os conflitos agrários nessa região? No caso da natureza do *corpus* discursivo em foco, vamos pensar nas divisões e nas disjunções a partir da maneira como as designações, as adjetivações e as adverbializações marcam processos discursivos polêmicos e desiguais dos conflitos agrários. Sob a forma material da língua, estamos dimensionando o fato de que a ideologia



“fornece [...] as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem”. (PÊCHEUX, [1975]1988, p.160).

A memória discursiva funcionando, no âmbito das formações discursivas, encerra processos discursivos que apontam para certas regularidades e irregularidades, abrindo horizontes para modos de significação específicos. Daí o fato de as formações discursivas possibilitarem a regionalização dos sentidos assegurando modos de dizer, ou seja, engendrando relações discursivas sobre “o que pode e deve ser dito”. Torna-se relevante pensar no funcionamento das formações discursivas, sobretudo, no modo como elas vão deixando entrever processos discursivos de apropriação e de acomodação de sentidos advindos de outro lugar.

Neste ponto, cabe salientar a pertinência de trabalhos que buscam dimensionar o contraste entre formações discursivas. É que a heterogeneidade das práticas discursivas passa a ser evidenciada no e pelo jogo contraditório entre formações discursivas. Já buscando pensar na temática em foco, a mobilização de diversos sentidos sobre a violência oportunizará a constituição de diferentes redes de filiação de sentidos nas práticas discursivas na sociedade.

Na esteira de Pêcheux (2014[1982]), ressaltamos a relevância de trabalhos que buscam tematizar as discursividades inscritas nos e pelos diferentes arquivos textuais, já que, sob a empreitada do analista de discurso, são os processos discursivos que entram ali em jogo. Não é a fonte histórica, linguística ou matemática que compete ao trabalho de leitura daquele. Trata-se, acima de tudo, de acessar a forma material da língua, no funcionamento do arquivo, na relação que ela faz trabalhar com as redes de sentido. Vejamos, a seguir, as palavras do referido autor, sob as quais repousam a pertinência das referidas considerações:

É à existência desta *materialidade da língua na discursividade* do arquivo que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do lingüista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, *também* nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo. (PÊCHEUX, 2014[1982], p. 67, destaques do autor)



Já pensando em uma articulação com o objeto de análise deste trabalho, cumpre ressaltar que analisar algumas formulações sobre violência, em funcionamento em diferentes versões do Informativo Pastoral “Voz do Norte”, exige considerarmos que:

1) não concebemos esse arquivo religioso, na condição de fontes histórias, sendo que a partir delas faríamos a história da violência no Bico do Papagaio movimentar; ao contrário, o nosso intuito é construir gestos de interpretação sobre a maneira como a formação discursiva religiosa apropria e acomoda sentidos sobre a violência, a partir do material em foco.

2) não concebemos esse arquivo religioso, como fonte de “dados” linguísticos por si mesmo, em que estaríamos, supostamente, atentos à descrição e à explicação de como o sistema da língua engendra as suas unidades e as relações destas em mecanismos de funcionamento deste sistema; ao contrário, o nosso foco está alinhado à perspectiva de que a língua é a base material que produz a inscrição do elemento linguístico na história, abrindo, materialmente, os processos discursivos de significação.

3) não concebemos esse arquivo religioso, como passível de oportunizar uma leitura psicanalítica de cada sujeito envolvido nessa prática discursiva religiosa de proposição do Informativo Pastoral “Voz do Norte”, tendo por base aí os processos inconscientes; ao contrário, o atravessamento da psicanálise, na constituição epistemológica da Análise de Discurso, coloca-nos no lugar de ter de abordar os pontos de clivagem, os pontos de dispersão de sentidos, como efeito do funcionamento do inconsciente.

Os referidos desdobramentos teórico-metodológicos se aplicam, também, na nossa relação com o arquivo jornalístico, dado o nosso manejo com os recortes produzidos a partir do “Jornal do Brasil”. O trabalho do analista de discurso, nesses entrelugares, é justamente não opor os dizeres (religiosos e jornalísticos), mas, sim, pensá-los sob o viés da contradição. E os efeitos de sentido nos possibilitam mostrar, materialmente, como essa contradição marca os processos de significação da violência na sociedade brasileira, sendo acentuado na região que nos interessa nesse artigo.

Ao tematizarmos esses três pontos, como decorrência para o manejo do material de pesquisa, estamos dimensionando, ao mesmo tempo, o aspecto da heterogeneidade, como uma instância que (im)põe seus limites, já que não se trata de pensarmos nos



construtos e nas tarefas dos campos de origem (do historiador, do linguista e do psicanalista), e o aspecto das materialidades discursivas. É o analista de discurso, de sua parte, que consegue captar, com seu objeto e com sua tarefa, o funcionamento discursivo de diferentes materialidades significantes. Assim, o analista de discurso está interessado em processos discursivos e, não, em processos históricos e em processos linguísticos por si só.

Neste ponto, gostaríamos de articular a estas incursões algumas considerações sobre a questão do “arquivo” no âmbito discursivo. Pêcheux (2014[1982]) problematiza a leitura do arquivo, apontando que a leitura literária e a leitura científica não apreendem, no manejo do arquivo, a materialidade linguístico-histórica, conforme já consideramos neste texto. É preciso alcançar, na esteira de Pêcheux (2014[1982]), a discursividade em funcionamento no arquivo, tendo a materialidade da língua como o ponto de aplicação. Desse fundamento, estamos derivando algumas implicações para o nosso percurso de leitura do arquivo religioso e do arquivo jornalístico em foco, neste trabalho:

1) não se trata de pensar arquivo, no sentido empírico, de documentos alocados em determinado espaço que se serviram apenas ao trabalho do historiador, vendo estes como fontes históricas.

2) o arquivo é fruto do jogo de forças entre controle e deriva de sentidos, pois aquele já é uma construção do analista, na justa medida em que o procedimento teórico e analítico elaborado capta certas discursividades do arquivo e outras não.

Consideremos, a seguir, a Figura 1 em que apresentamos a digitalização da capa do Informativo em foco:

Figura 1 – Capa do Informativo Pastoral “Voz do Norte”



Fonte: Centro de Documentação Histórica de Araguaína (CDH), do Curso de História, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Se estamos tomando partido pelas discursividades em funcionamento no arquivo religioso em questão, vamos trabalhar o modo como a formação discursiva religiosa, em sua heterogeneidade, apropria e acomoda sentidos sobre a violência em sequências discursivas recortadas do material de análise em tela. Antes de procedermos aos critérios de constituição das sequências, vejamos, a seguir, a Tabela 1, que apresenta formulações sobre o ano de edição e o título das diferentes edições do Informativo em análise neste trabalho. Cumpre ressaltar que estamos interessados, mais de perto, na seção “Pastoral da Terra”, já que os conflitos referentes à ocupação e à posse de terra são ali discursivizados. Eis a Tabela 1:

Tabela 1 – Edições do Informativo Pastoral “Voz do Norte”

Ano da Edição	Título(s)
Ano 1 n. 1 - 1983	Sangue inocente derramado na roça O bárbaro assassinato de Rufino
Ano 1 n. 6 - 1983	Mais violência contra os trabalhadores rurais do Bico do Papagaio A luta dos quebradores de coco-babaçu
Ano 1 n. 8/9 - 1983	Uma voz clara e forte vem do “Bico do Papagaio” É uma urgente reforma agrária
Ano 01 n. 7 - 1983	É preciso por fim à impunidade



	Dom Aloísio, Dom Fernando arcebispo de Goiânia e o Padre Ricardo de CPI entregaram ao governador um relatório denunciando torturas e assassinatos em nossa diocese.
Ano 1 n. 8 - 1983	A nova lei de segurança nacional e a liberdade dos padres e posseiros
Ano 1 n. 9 - 1983	Continua o clima de tensão em várias áreas da diocese Ameaça a lavradores
Ano 1 n. 1 - 1984	Sindicalistas denunciam mais violências no Bico do Papagaio
Ano 1 n. 2 - 1984	Uma história de sofrimento
Ano 1 n. 1 - 1985	Violência e arbitrariedades no Bico do Papagaio
Ano 2 n. 2 - 1985	Violência e morte no Bico do Papagaio
Ano 04 n. 2/3 - 1986	Bárbaro Assassinato
Ano 04 n. 4/5 - 1986	“O trabalhador rural e posseiro urbano”

Fonte: Elaboração do autor.

Uma vista d’olhos, nos anos de publicação dos Informativos, evidencia que, no Centro de Documentação Histórica de Araguaína (CDH), não há todas as edições no acervo desse Centro. Dada a nossa visada discursiva sobre esse material, esse caráter esparso do modo de exposição e de abordagem não se configura como um problema epistemológico. A Análise de Discurso não está interessada nem na quantidade do material de análise nem na sequência cronológica, pois esses aspectos (quantidade e cronologia) não asseguram por si só o efeito de evidência. Insistimos na ideia de que estamos mais interessados em processos discursivos e menos em processos históricos e processos linguísticos sobre a violência.

Neste ponto, para problematizarmos a passagem do manejo do material de análise para o *corpus* discursivo, vamos reiterar as contribuições de Courtine (1981) para a perspectiva de que esse *corpus* pressupõe interrogações sobre a organização regular dos “dados discursivos”, conforme destacamos anteriormente. Ainda na esteira de Courtine (1981), vamos usufruir do conceito de sequência discursiva para a constituição do *corpus*. Desse modo, destacamos que as sequências discursivas foram constituídas a partir das discursividades que a violência assume, no âmbito do material de análise em foco. Não podemos perder de vista o nosso objetivo, neste trabalho, que é analisar como a formação discursiva religiosa, em contradição com a formação discursiva jornalística, funciona ali, de modo a fazer trabalhar gestos de apropriação e de acomodação de sentidos sobre a violência.

Como este trabalho está circunscrito a um contínuo de preocupações mais amplas, conforme fora dito na introdução, na esteira de Courtine (1981), assumimos os limites que o arquivo textual em foco possui. Ainda está por fazer a referência cruzada mais densa a partir da leitura com outras materialidades significantes, dado o nosso



investimento na temática da violência na região do Bico do Papagaio. Neste momento, o *corpus* discursivo já constituído possibilita-nos concernir certas discursividades sobre os conflitos agrários na sua relação com o funcionamento da formação discursiva religiosa, tendo por base os efeitos da memória discursiva resvalando implicações para a memória institucional. O movimento de leitura que fizemos foi ir tematizando certas discursividades outras, tendo como ponto de aplicação as formulações de designação, de adjetivação e de adverbialização no processo de apropriação e de acomodação.

Sendo assim, estamos concebendo a seguinte discursividade inscrita no e pelo arquivo em foco:

- 1) Discursividade inscrita na formação discursiva religiosa: Violência, sofrimento e mortes dos trabalhadores do campo.

Por meio dessa discursividade, buscamos pôr em relação a perspectiva de que a formação discursiva religiosa ali em funcionamento apropria e acomoda formulações que descrevem, com ancoragem factual, os acontecimentos de violência, de sofrimento e de mortes dos trabalhadores do campo. Já constituída e afetada pela instância ideológica de que a igreja católica, nesse segmento entrevido pelas ações de pastorais, tem de estar do lado do “oprimido”, vamos perceber que as formulações têm feição de (d)enunciações sobre a realidade vivenciada no campo.

- 2) Discursividade inscrita na formação discursiva jornalística: Violência, sofrimento e mortes dos trabalhadores do campo.

Com base nessa discursividade, o foco recai sobre a base ideológica que busca significar a ancoragem factual (elementos dos fatos ocorridos no tempo e no espaço), evidenciando outros agentes como promotores da violência no território do Bico do Papagaio (TO), buscando produzir o efeito de sentido de atenuação dos conflitos agrários, como responsáveis da violência na região em foco.

Incursões analíticas: da discursividade do e pelo arquivo textual em cena

Nesta seção, vamos nos ocupar da tarefa de apresentar as análises empreendidas em torno do modo como a violência é significada no âmbito do *corpus* discursivo



particularizado para este trabalho. Para tanto, lidar com as discursividades do e pelo arquivo textual mostrou-se relevante para bancarmos a discussão de que a formação discursiva religiosa, em seu funcionamento heterogêneo, passa a apropriar e a acomodar formulações advindas de outros lugares. Nessa medida, a prática discursiva religiosa, no Bico do Papagaio/TO, entrevista a partir do *corpus* discursivo, passa a formular e a circular diferentes sentidos sobre a violação dos direitos humanos nessa região do Tocantins, que é marcada, socio-historicamente, por conflitos agrários.

Consideremos, a seguir, as sequências discursivas circunscritas à discursividade com a qual estamos trabalhando:

(1) Publicamos a nota da Comissão Pastoral da Terra do Regional Tocantins-Araguaia, sobre os *graves acontecimentos* ocorridos na fazenda “Extrema”, Município de Nazaré. O nosso apoio e solidariedade aos *posseiros injustamente massacrados e a todos os agentes de pastoral que lutam por uma melhor justiça social e por isso são ameaçados e perseguidos*. (Ano 1 n. 1 – 1983, Sangue inocente derramado na roça - O bárbaro assassinato de Rufino)

(2) A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO REGIONAL TOCANTINS-ARAGUAIA; diante dos últimos e *estrangeiros acontecimentos* no Extremo Norte de Goiás, vem de público solidarizar-se com os posseiros dessa região, e protestar contra *as arbitrariedades e abuso de poder das autoridades e órgãos públicos*. (Ano 1 n. 1 – 1983, Sangue inocente derramado na roça - O bárbaro assassinato de Rufino)

(3) O sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, a Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais do Centro do Firmino, a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Tocantinópolis e a Diretoria do Partido dos Trabalhadores dos municípios de São Sebastião do Tocantins e de Augustinópolis, vêm de público apoiar *a luta das quebradeiras e quebradores de coco babaçu do Povoado de Centro Firmino*, município de Augustinópolis, extremo norte de Goiás. Queremos dar conhecimento ao Governador do Estado, ao IBDF e a todo povo trabalhador de nosso Estado e País, a respeito dos *atos e opressões* que aqueles trabalhadores rurais vêm sofrendo para poderem trabalhar e sustentar a própria vida. Apresentamos, então, a denúncia dos moradores daquele Povoado, através de suas próprias palavras. (Ano 1 n. 6 – 1983, Mais violência contra os trabalhadores rurais do Bico do Papagaio. A luta dos quebradores de coco-babaçu).

(4) Diante da *grave, enganadora e irresponsável atuação do GETAT* na região do Bico do Papagaio, Extremo Norte de Goiás, a Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais do Centro dos Mulatos, município de São Sebastião do Tocantins-GO, os Membros da Comunidade desse povoado, e a Comissão Pastoral da Terra – CPT da Diocese de Tocantinópolis-GO, resolvem informar e esclarecer a toda a Classe Trabalhadora do nosso País o que vem ocorrendo. (Ano 1 n. 8/9 – 1983, Uma voz clara e forte vem do “Bico do Papagaio” - É uma urgente reforma agrária)

(5) “Reforma Agrária Já é a nossa luta!” Com esta afirmação decidida, a Coordenação Sindical do Bico do Papagaio encerra a *extensa denúncia das*



violências que a Polícia, a serviço dos grileiros, continua cometendo contra os lavradores daquela conflagrada região do Norte goiano. (Ano 1 n. 1 – 1984, Sindicalistas denunciam mais violências no Bico do Papagaio)

(6) Continua a negação ao homem do campo de seu sagrado direito ao trabalho. Isso não contribui para a manutenção da **paz social**. (Ano 1 n. 1 - 1985, Violência e arbitrariedades no Bico do Papagaio)

(7) A realidade social do Bico continua grave. Tenções, ameaças, violências e até morte são a triste realidade cotidiana do povo. Publicamos uma certa alerta às autoridades da delegacia sindical de JATOBAL e o relato das violências ocorridas nestes últimos dias. (Ano 2 n. 2 – 1985, Violência e morte no Bico do Papagaio)

(8) As barbaridades e as injustiças contra os lavradores continuam. Publicamos esta declaração para ter uma ideia de nossa realidade. [...] Infelizmente o nosso querido Pe. Josimo Morais Tavares foi assassinado no dia 10 de maio em Imperatriz [...] (Ano 04 n. 2/3 – 1986, Bárbaro Assassinato.)

A partir dessas sequências discursivas, podemos salientar que a violência ganha circunscrição temática a partir das diferentes denúncias que as variadas categorias de trabalhadores sofreram, à época, dada as suas relações com a ocupação e com o uso da terra no extremo norte do Estado do Tocantins. A violência, metaforicamente, vai deslizando para as seguintes designações: “graves acontecimentos”, como na sequência discursiva (1); “estrangeiros acontecimentos” e “arbitrariedades e abuso de poder”, na sequência discursiva (2); “fatos e opressões” na sequência discursiva (3); “grave, enganadora e irresponsável atuação do GETAT”, na sequência discursiva (4); “extensa denúncia das violências”, na sequência discursiva (5); “Continua a negação ao homem do campo”, na sequência discursiva (6); “A realidade social do Bico continua grave. Tenções, ameaças, violências e até morte”, na sequência discursiva (7) e “As barbaridades e as injustiças”, na sequência discursiva (8).

Está na base de funcionamento das designações que ocorrem em (1), (2), (4), (5), (6) e (7) relações de adjetivação que qualificam os conflitos de terra no período em abordagem. Em (3), as práticas de violência são marcadas por dois substantivos, sendo que o segundo (“opressões”) faz trabalhar sentidos da relação tensiva entre trabalhadores e a ocupação e o uso da terra. Em (7), há a ocorrência, também, de substantivos, postos em gradação, que significa a violência em suas diferentes nuanças: “tenções”, “ameaças”, e “morte”, para usarmos as formulações que aparecem na sequência discursiva (7). Em



(8), há a ocorrência de outros substantivos que marcam os processos discursivos de significação da violência na dimensão territorial em foco.

Nessa toada do foco nas designações, poderíamos trazer para a nossa abordagem as próprias formulações que aparecem nos títulos dos textos das seções “Pastoral da Terra”. As adjetivações ocorrem aí do seguinte modo: “sangue inocente” e “bárbaro assassinato”, nas duas primeiras sequências discursivas; “uma voz clara e forte” e “é urgente”, na sequência discursiva 4; “bárbaro assassinato”, na sequência discursiva 8. Ainda considerando os títulos, podemos fazer menção à ocorrência de substantivos, como funcionamento dos processos discursivos em significar a violência na seção do Informativo em foco: “violência” e “arbitrariedades”, na sequência discursiva (6); “violência” e “morte”, na sequência discursiva (7). Também, tematizando as formulações dos títulos, chamamos a atenção para as relações de adverbialização que ocorrem em: “Mais violência contra os trabalhadores do Bico do Papagaio”, na sequência discursiva (3), e “Sindicalistas denunciam mais violências no Bico do Papagaio”. O advérbio “mais” faz funcionar ali o pressuposto de que já havia práticas de violências nesse território e aquelas discursivizadas, nessa edição, evidenciam a continuidade de novas práticas.

O funcionamento da formação discursiva religiosa apropriada e acomoda sentidos sobre a violência, fazendo trabalhar formulações (designações, adjetivações e adverbializações) que apontam para práticas cruéis em relação à posse e ao uso da terra na dimensão territorial do Bico do Papagaio/TO. Com base nas sequências discursivas (2) e (5), podemos perceber a aparelhagem das instituições públicas na prática de violência contra os trabalhadores ligados à terra. Notadamente, a sequência discursiva (5) tematiza a prática de grilagem de terras, que ganha a cobertura das forças policiais da época. Consideremos a formulação constante da referida sequência: “*extensa denúncia das violências* que a Polícia, a serviço dos grileiros, continua cometendo contra os lavradores daquela conflagrada região do Norte goiano.”.

A sintagmatização das palavras em “extensa denúncia das violências” faz trabalhar o pré-construído da impunidade dos responsáveis pelas práticas de violência contra os lavradores da época. Tematiza-se aí a institucionalização da injustiça para com alguns, quando, na verdade, o Estado deveria funcionar para reparar e para assegurar a justiça social. Ainda por essa sequência discursiva, mais precisamente por estas



formulações “a Polícia, a serviço dos grileiros, continua cometendo contra os lavradores”, notamos em funcionamento a discursivização da aparelhagem do Estado com a prática de grilagem. O aposto “[...] a serviço dos grileiros [...]”, em uma relação de escopo com o sintagma “a Polícia”, produz o efeito dessa aparelhagem, pois, como agente do Estado, a polícia deveria proteger e assegurar direitos à população e, não, estar a serviço de alguns, como é o caso dos “grileiros”.

A violência é significada pelo prisma da prática de grilagem de terras na região em foco, que, por sua vez, sedimentou a constituição de outras formas de violência, como aquelas praticadas por jagunços e por pistoleiros, seja para assegurar a expulsão dos antigos proprietários das terras, seja para oferecer proteção contra invasões primeiras, de modo a assegurar a propriedade da terra.

Esse modo de significação da violência abre horizontes para problematizarmos como a terra, em sua posse e em seu uso, nessa dimensão territorial, expõe uma formação social contraditória. Se, por um lado, a prática da grilagem põe em cena categorias que deixam entrever o funcionamento de certa formação social, como é o caso de “grileiros”, de “jagunços”, de “pistoleiros” e de “fazendeiros”, por outro, a prática social dos regimes de uso e de propriedade da terra põe em perspectiva outras categorias, tais como: “posseiros”, “povo trabalhador”, “trabalhadores rurais”, “classe trabalhadora” e “lavradores”, para dizermos daquelas que, também, aparecem nas sequências discursivas em tela.

O funcionamento da formação discursiva religiosa aponta para alguns efeitos da memória, se considerarmos as referidas sequências discursivas: se, por um lado, a aparelhagem do Estado com forças de repressão e de punição aponta para uma forma material das relações sociais e institucionais da época, por outro, deixa entrever a organização e a articulação entre categorias e suas forças de representação, dado o intuito de resistir às diversas práticas de violência. Com base nas materialidades das sequências discursivas, percebemos em funcionamento a discursividade o engajamento entre diferentes instituições, que são nomeadas e reiteradas a cada edição do Informativo. Por meio da sequência discursiva (3), por exemplo, notamos as diferentes frentes populares envolvidas; trata-se do “sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, a Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais do Centro do Firmino, a



Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Tocantinópolis e a Diretoria do Partido dos Trabalhadores dos municípios de São Sebastião do Tocantins e de Augustinópolis”.

Não perdendo de vista a política do silêncio, constituída inclusive no pós-ditadura, nessa região de severos conflitos agrários, chama-nos a atenção as formulações constantes da sequência discursiva (4), mais notadamente esta formulação “resolvem informar e esclarecer”. O efeito de sentido construído pelo verbo “resolvem”, articulado aos verbos “informar” e a “esclarecer”, parece tocar em um agente de atribuição prévia de que, diante do silenciamento das instâncias constituídas e competentes para tais fins, cabe às instituições sociais organizadas exercer a função de fazer circular informações e denúncias.

No fluxo dessa formulação, ocorre outra, a saber: “a toda a Classe Trabalhadora do nosso País o que vem ocorrendo”, produzindo, ao mesmo tempo, certo efeito de restrição e de ampliação a quem se destina as informações e os esclarecimentos. Do meio de muitas categorias interessadas, os informes seriam destinados à “classe trabalhadora”. Não se trata de pensar apenas nos trabalhadores rurais da região, já que parece haver aí em funcionamento certa discursividade da solidariedade (im)posta pela perspectiva da justiça social. O efeito de ampliação prende-se ao fato de a “classe trabalhadora” ser de todo o Brasil, embora o Informativo circulasse, regionalmente, na abrangência territorial do Bico do Papagaio.

Neste ponto de nossas incursões, gostaríamos de abordar o atravessamento da discursividade sobre a questão da reforma agrária e da paz social no campo. Nas sequências discursivas (1), (5) e (6), aparecem formulações que deixam entrever efeitos da memória discursiva, resvalando pontos de apropriação e de acomodação na memória institucional. Em (1), a tematização da “justiça social” está circunscrita ao assassinato do trabalhador Rufino no município de Nazaré no ano de 1983. Na sequência (5), a formulação “Reforma Agrária Já é a nossa luta!” contribui para se marcar o tom discursivo de reclamo da necessidade de institucionalização de uma reforma agrária no Brasil. Por meio de uma organização social, como a Coordenação Sindical do Bico do Papagaio, é dito que os trabalhadores já apresentaram várias denúncias de práticas de violência contra os lavradores.



Em (6), a formulação “paz social” está ancorada na ideia de que as práticas de violência continuam; desta vez, o tom discursivo passa a ganhar materialização sob a forma material de que essas práticas promovem a própria negação da condição humana dos trabalhadores do campo. A discursividade sobre o trabalho atravessa aí, se considerarmos a seguinte formulação “sagrado direito ao trabalho”, produzindo o efeito de sentido de que uma liberdade substantiva, como o trabalho, é negligenciada pelo Estado. Desse modo, os efeitos da memória institucional passam a produzir certa referência para o que se concebe como “paz social”. Trata-se daquela em que a institucionalização de uma reforma agrária ponha no cerne a distribuição e a regulamentação justa do acesso à terra pelos trabalhadores.

Das instâncias de concomitância de sentidos sobre a violência

Nesta seção, buscamos apresentar outras discursividades sobre a violência no Bico do Papagaio, principalmente no que tange à morte do Padre Josimo Moraes Tavares, sob o viés jornalístico. A morte do Padre Josimo Tavares ganhou evidência e foi amplamente divulgada no país, o que provocou pressão para que os governos da época, em suas diversas instâncias, lançassem luz à região do Bico do Papagaio e às suas problemáticas. Para tanto, mobilizamos dois recortes do jornal “Jornal do Brasil”, de circulação nacional, que tematizaram ações relacionadas ao conflito agrário na região em foco. Podemos observar, por meio dos recortes apresentados, as instâncias de concomitância e de dispersão em relação ao Informativo Pastoral “Voz do Norte”.

A matéria foco de análise foi publicada no “Jornal do Brasil”, no dia 15 de maio de 1986, apresentando ao leitor dois temas centrais, a saber: (1) envolvimento da polícia em crimes praticados na região do Bico do Papagaio; e (2) a possível participação do Padre Josimo em um assassinato. Vejamos, a seguir, os recortes discursivos:

Figura 2 – Recorte 1 - Manchete do Jornal do Brasil – 15/05/1986



Fonte: Material disponível no GoogleNews – Jornal do Brasil, 15 de maio de 1986.

Figura 3 – Recorte 2 - Manchete do Jornal do Brasil – 15/05/1986



Fonte: Material disponível no GoogleNews – Jornal do Brasil, 15 de maio de 1986.

Salientamos que os dois recortes estão apresentados lado a lado na página do jornal, expondo ao leitor as duas visões sobre a temática. Observando o primeiro recorte, podemos perceber ali em funcionamento discursividades que visam a apresentar ao leitor o posicionamento das entidades de segurança do governo federal. Diferentemente dos Informativos da Pastoral “Voz do Norte”, o governo atribui vários motivos para a ocorrência da violência na região. Enquanto o Informativo busca produzir efeitos de sentidos de que a violência da região ocorre por conta de conflitos agrários, o governo



atribui a causa da violência à grilagem, ao roubo, à “briga entre grupos rivais” e, também, às “questões agrárias”.

Conforme notamos a partir do recorte 2, Tuma, diretor-geral da Polícia Federal, declara que estava “preocupado com a atuação da polícia, mas aliviado porque o conflito não se caracteriza unicamente por motivo agrário”. Podemos observar, pelo menos, um ponto de unidade e um de dispersão em relação às discursividades circuladas no Informativo, a saber: nas formulações constantes do Informativo e do recorte 1, é textualizado o envolvimento da polícia em crimes; quanto aos motivos da violência, no âmbito do Informativo, acredita-se que as práticas de violência na região sejam por motivos agrários, já com base no recorte discursivo 1 apresentam-se outros motivos, produzindo certo efeito de atenuação da violência. Isso porque outros agentes são responsabilizados pelas práticas de violência.

Quanto ao recorte 2, observamos em jogo discursividades que significam a imagem e a morte de Padre Josimo de outro modo. As discursividades produzidas pela União Democrática Ruralista (UDR), e corroborada pela Polícia Militar, visam a atribuir culpa ao padre pela sua morte, citando que ele estava sendo processado pela morte de um fazendeiro. No âmbito da formação discursiva jornalística, dado o efeito do discurso direto, os dizeres do coordenador da UDR são mobilizados, até como modo de se produzir certo efeito de “verdade” sobre o caso do Padre Josimo. É dito por ele que “quem semeia ventos, colhe tempestade”, ou seja, as ações do padre ocasionaram sua própria morte. Podemos observar que o Informativo realiza certo silenciamento de sentidos em relação ao processo de assassinato que o padre estava respondendo, já a UDR utiliza desse processo para, em certa medida, conter a repercussão da morte do padre.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho, o nosso objetivo se pautou em analisar o modo como o significante “violência” ganhou significações a partir do material de análise “Informativo Pastoral Voz do Norte”, não perdendo de vista as formações sociais sobre os conflitos agrários na região do Bico do Papagaio. O nosso objetivo se pautou, mais de perto, no modo como a formação discursiva religiosa, em sua heterogeneidade, faz trabalhar pontos de apropriação e de acomodação de discursividades outras no



atravessamento discurso do *corpus*. É heterogênea, no sentido de que estamos pensando na gestão da memória institucional sobre os conflitos agrários a partir de certas práticas da igreja católica, mais precisamente da teologia política.

A mobilização de outras formulações inscritas na formação discursiva jornalística, como foi o caso do “Jornal do Brasil”, abriu possibilidades para tematizarmos outras instâncias de concomitância de sentidos sobre a violência na região do Bico do Papagaio/TO, permitindo-nos mostrar pontos de unidade e de dispersão de sentidos. É, nesse sentido, que estamos concebendo a questão da heterogeneidade de sentidos, quando enfocamos formulações inscritas em formações discursivas diferentes. Esse cotejo entre formulações advindas de formações discursivas diferentes abriu possibilidades, também, para dimensionarmos o aspecto material dos sentidos. Em cada prática discursiva, percebemos sentidos inscritos e circunscritos e sentidos silenciados, em um jogo de forças desigual.

Por mais que não tenhamos, nesse período, o funcionamento das forças de controle e de coerção sobre a imprensa, como já tivemos em outros períodos históricos, chamamos a atenção o silenciamento da divulgação das práticas de violência cometidos nessa época por práticas jornalísticas, por exemplo. Conforme mostramos, é no seio da prática religiosa que as (d)enunciações de violência ganham formulação e circulação. Talvez, pudéssemos trabalhar com a perspectiva de que haveria aí um vazio temático, que acaba por reclamar gestos de interpretação de retorno sobre o passado, não perdendo de vista a relação constitutiva entre memória e esquecimento. Por essa razão, estamos concebendo que a formação discursiva religiosa fez trabalhar uma gestão da memória discursiva dessa época, expressando que, a despeito de o momento histórico ser outro, ainda persistiram práticas de violência contra os trabalhadores do campo.

Por fim, como estamos tomando partido pelo caráter material dos sentidos, esse gesto de retomada, por meio do *corpus* discursivo ora em foco, acaba por produzir efeitos na rede de filiações históricas dos sentidos sobre a violência e suas relações interdiscursivas com os conflitos agrários na região do Bico do Papagaio

Referências



COURTINE, Jean Jacques. Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Cristina. Campos Velho Birck et al. São Carlos: Ed. EDUFSCAR, 2009.

LEITE, João de Deus; CARNEIRO, Felipe Gonçalves. Discurso, arquivo e violência na Amazônia legal: uma análise discursiva do Informativo “Voz do norte”. Revista Entreletras. v. 12, n. 1, jan./abr. 2021.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa; LEITE, Milene Maciel Carlos; SILVA, Ariana da Rosa. O golpe de 1964 na ordem do dia: memória e silenciamento no processo discursivo de legitimação da violência de estado. Revista Entreletras. v. 12, n. 1, jan./abr. 2021.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.

PÊCHEUX, M. *Semântica do discurso*. Campinas, Ed. da UNICAMP, [1975]1988.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n.19. Campinas, IEL, jul-dez., [1982] 1990.

_____. Papel da memória. In: ACHARD et alii (Org.). *Papel da memória*. Campinas, Pontes, [1983] 1999.

_____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. In: *Décalages*, [1984] 2013.

Artigo recebido em: outubro/2023

Artigo aceito em: março/2024